



XXXIV ENCONTRO DE JOVENS PESQUISADORES,  
XVI MOSTRA ACADÊMICA DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA e  
I MOSTRA DE EXTENSÃO: CONEXÕES ENTRE  
UNIVERSIDADE E COMUNIDADE.



## **ATIVISMO JUDICIAL, ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO E DESCOMISSIONAMENTO OFFSHORE: IMPACTOS ECONÔMICOS NO RIO GRANDE DO SUL**

Maria Eduarda Assunção Varela (PROBIC-FAPERGS), Talissa Truccolo Reato  
(Orientador(a))

O ativismo judicial, compreendido como a atuação proativa do Poder Judiciário na interpretação e aplicação do direito, relaciona-se diretamente com a Análise Econômica do Direito (AED), campo que avalia os impactos econômicos das decisões jurídicas. A ausência de consideração das consequências econômicas em decisões judiciais pode gerar insegurança jurídica e custos sociais relevantes, tornando a AED uma ferramenta essencial para a compreensão desses efeitos. No contexto do descomissionamento de instalações offshore no Brasil, essa interação se torna especialmente evidente. O presente estudo tem como objetivo analisar os impactos econômicos do descomissionamento de plataformas offshore no Rio Grande do Sul sob a perspectiva da AED, com ênfase no papel do ativismo judicial nesse processo. A pesquisa é de natureza qualitativa e exploratória, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e documental, com análise de legislação, decisões judiciais, publicações acadêmicas e dados do setor naval e de óleo e gás. O caso da plataforma P-32 da Petrobras, desmantelada no Estaleiro Rio Grande com participação da Gerdau e da Ecovix, é utilizado como referência empírica. Os resultados indicam que o descomissionamento sustentável de plataformas pode gerar impactos econômicos positivos expressivos, como a criação de aproximadamente 200 empregos diretos, o estímulo à economia circular pelo reaproveitamento de materiais metálicos com redução de emissões de CO<sub>2</sub>, e a atração de novos contratos para o Polo Naval de Rio Grande, incluindo contratos da Petrobras previstos para 2026. Conclui-se que a AED é uma perspectiva indispensável para avaliar decisões judiciais em contextos como o descomissionamento offshore, pois permite identificar tanto os benefícios quanto os riscos econômicos decorrentes de intervenções do Judiciário. A experiência do RS demonstra que, quando bem orientado, o descomissionamento pode transformar passivos ambientais em oportunidades de desenvolvimento regional, contribuindo para a sustentabilidade e para a economia local.

Palavras-chave: ativismo judicial, análise econômica do direito, descomissionamento offshore

Apoio: UCS, FAPERGS